



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ❖ [RIGIDEZ DOS JUROS NO BRASIL – O Popular](#)
- ❖ [A GESTÃO COMO AGENTE TRANSFORMADOR – O Popular](#)
- ❖ [PIB AVANÇOU NO 1º TRI, MAS INCERTEZA CRESCEU – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [LÍDER DE LULA REVELA OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO GOVERNO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [A BÍBLIA TEM ATÉ PILEQUE NUDISTA E MASSACRE DE URSAS; VALE A LEITURA FUNDAMENTALISTA? – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [SURGE UMA FRENTE INTERNACIONAL PELA DEMOCRACIA – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [STF GASTA R\\$ 200 MIL COM 4 SEGURANÇAS NO RÉVEILLON NOS EUA E SE NEGA A INFORMAR MINISTROS – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [DOLEIRA DA LAVA JATO EXPÕE ROMANCES E CRIMES EM DOCUMENTÁRIO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [STJ CONCEDE HC PARA PRESA CUIDAR DE FILHAS AFETADAS PELAS ENCHENTES NO RS – O Hoje](#)
- ❖ [MORO VIRA RÉU NO SUPREMO POR DECLARAÇÃO CONTRA GILMAR – Correio Braziliense](#)
- ❖ [PIB CRESCE ACIMA DO ESPERADO, MAS ESPECIALISTAS INDICAM DESACELERAÇÃO – Correio Braziliense](#)
- ❖ [PELA DEMOCRACIA, SEMPRE – Correio Braziliense](#)
- ❖ [LIRA DÁ AS CARTAS E PREPARA NOVOS PASSOS – Valor Econômico](#)
- ❖ [AÇÕES SOBRE EXPURGOS DA POUPANÇA AINDA GERAM IMPACTO BILIONÁRIO – Valor Econômico](#)
- ❖ [ESTIMATIVAS VARIAVAM ENTRE R\\$ 100 BILHÕES E R\\$ 1,9 TRILHÃO – Valor Econômico](#)
- ❖ [PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DE BOLSAS DE VALORES – Valor Econômico](#)
- ❖ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 05.06.2024 – PÁG. 03

Rigidez dos juros no Brasil

Jeferson de Castro Vieira

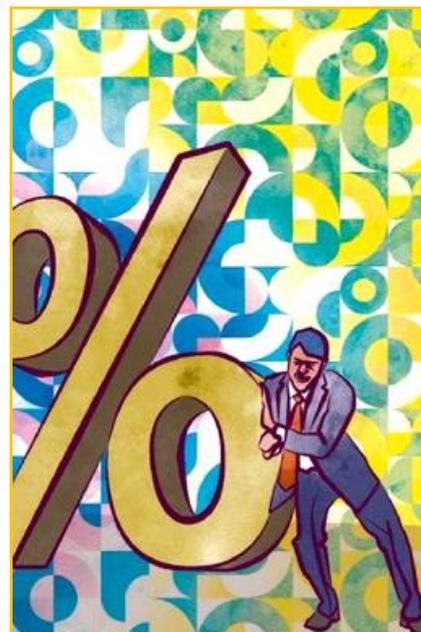
A política monetária brasileira constitui verdadeira anomalia. Apesar da estabilidade de preços que estamos vivendo com inflação de IPCA-15 de maio rodando em 3,7% no acumulado os últimos 12 meses, o Banco Central do Brasil tem mantido a taxa básica de juros (Selic) em níveis excessivamente elevados, alcançando recordes mundiais em termos de juros reais de 6,5% ao ano.

Há uma convenção pró-conservadorismo de dominância monetária no Brasil que não deixa o país crescer suas atividades econômicas como deveria. A estabilidade somente será consolidada quando o controle da inflação for associado a uma política econômica que viabilize o desenvolvimento econômico, que seja sustentável a longo prazo. Logo, o problema da taxa de juros deveria ocupar um lugar de destaque na agenda econômica.

O Boletim Focus do Banco Central tem muitas vezes se pautado em expectativas de mercado financeiro com taxas de inflação que não são condizentes com o IPCA divulgado pelo IBGE. Em três semanas consecutivas subiu a expectativa de inflação de 3,73% para 3,80% e 3,86% para o ano de 2024, sendo que no IPCA-15 de maio a inflação em 12 meses caiu de 3,77% para 3,70%. Isso quer dizer que a inflação está sob controle. O problema da taxa de juros começa por um debate inoportuno pelo Presidente do Banco Central como se a inflação estivesse sem controle e com tendência de alta. Além disso, afirma que o mercado de trabalho está muito aquecido como se estivéssemos em uma situação de pleno emprego pressionado os preços de bens e serviços para cima.

A taxa de desemprego de abril de 2024 foi de 7,5% com 8,2 milhões de pessoas desempregadas, sem contar os 3,5 milhões de brasileiros que jogaram a toalha e vivem no desalento sem lenço e documento. A Selic elevada só piora as outras taxas de juros do mercado. Segundo o Banco Central, estamos pagando hoje como média 129,9% ao ano de pelo uso do cheque especial e 423,5% pela utilização do cartão de crédito rotativo. Essas duas modalidades funcionam como se fosse um salário a mais para o trabalhador. Quando olhamos para o crédito pessoal consignado, que tem risco praticamente zero para os bancos, a taxa média de juros está em 23,4%.

E quando compramos um carro financiado que, se não pagarmos o banco toma de volta rapidinho, a taxa média de juros está em 25,5%. A principal conclusão é que essa política monetária de juros altos afeta os grupos de interesse de forma diferenciada, gerando mais perdedores do que ganhadores. Precisamos compreender melhor o fenômeno da taxa de juros e abirmos um debate profundo sobre a necessidade de reformulação da estratégia de combate à inflação. Infelizmente as falas do presidente do Banco Central apenas sinalizam para o mercado financeiro que a Selic não pode cair, mesmo sendo extremamente alta.



A gestão como agente transformador

Sandro Mabel



É com profunda gratidão e entusiasmo que me licencio do meu cargo como presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) para seguir um novo caminho. Ao longo dos últimos anos, testemunhamos juntos o crescimento e modernização da indústria goiana, um setor que se destaca por sua competitividade e inovação, sempre superando desafios e impulsionando o desenvolvimento econômico de nosso Estado.

A indústria em Goiás não apenas mira o futuro, mas o constrói com base em uma gestão eficiente e na valorização de cada trabalhador, que é o coração pulsante deste setor produtivo. Em meio às adversidades da pandemia de Covid-19 e da desindustrialização, um desafio nacional, mas com gestão forte e atuante, nossa indústria fortaleceu sua base, investindo em tecnologia e inovação, preparando-se para enfrentar um mercado global cada vez mais exigente e competitivo.

Como 9ª economia do País e 2ª do Centro-Oeste, Goiás conta com uma indústria que representa 22,3% de seu PIB (Produto Interno Bruto), gerando empregos e renda para mais de 355.158 trabalhadores em nossos 246 municípios, com remuneração acima da média. Este setor não apenas é uma fonte de riqueza, mas também de conhecimento, tecnologia e salários dignos para nossa população.

A Fieg tem sido uma aliada fundamental nessa jornada, atuando como defensora dos interesses da indústria perante os poderes constituídos e a sociedade. Durante meus quase seis anos à frente da federação, do Sesi, Senai e IEL, viabilizamos um investimento de quase 1 bilhão de reais, que até agora proporcionou condições de construirmos cinco novas escolas, ampliarmos e modernizarmos as existentes, apostando em pessoas e transformando vidas por meio da educação e do trabalho. Ofertamos saúde, tratamento odontológico e qualidade de vida a milhares de pessoas; firmamos parcerias de diversidade e inclusão, a exemplo do Fórum de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS (Fimtpoder).

Por meio de nosso projeto de responsabilidade social Fieg + Solidária, constituímos um verdadeiro "Exército do Bem", sustentado pelos sindicatos de nossa base, por pessoas físicas e jurídicas, o que tem nos possibilitado contribuir com doações de cestas básicas, alimentos e kits de limpeza e higiene a pessoas em situação de vulnerabilidade social, numa parceria exitosa com uma rede de instituições filantrópicas.

Agora, levo comigo a habilidade de promover uma gestão eficiente, transparente e voltada para as pessoas, entendendo que somente por meio da valorização de cada cidadão, do investimento em educação, saúde e segurança, é que podemos construir um futuro próspero, justo e que nos faça sentir orgulho de ser quem somos, de morar onde moramos. A Fieg dará continuidade a todo esse trabalho sob a gestão do amigo André Rocha e nós vamos continuar discutindo propostas de desenvolvimento, sustentabilidade e cidadania em outra esfera.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.06.2024 – PÁG. A2

PIB avançou no 1º tri, mas incerteza cresceu

Alta foi puxada por emprego, renda e benefícios sociais; condições para a queda dos juros se estreitaram desde então

A economia voltou a avançar com maior vigor no início deste ano, depois de seis meses de estagnação. A alta de 0,8% do PIB no primeiro trimestre e outros indicadores sugerem que por ora é razoável esperar que o crescimento de 2024 possa ficar entre 2% e 2,5%.



Caso venha a se confirmar, tal resultado será o melhor desempenho trienal desde 2011-13 (tirando da conta os anos atípicos da pandemia, 2020 e 2021). Ainda assim, trata-se de um aumento que não deve ser considerado satisfatório para que o país supere suas fragilidades socioeconômicas. A questão imediata é saber se a atividade manterá ao menos o ritmo de progresso, ainda modesto.

No curtíssimo prazo, a alta das despesas em benefícios sociais e precatórios incentivaram o PIB. O salário mínimo mais elevado e a expansão de empregos e do rendimento médio do trabalho foram o esteio do crescimento no período. O aporte na capacidade produtiva voltou enfim a subir; no acumulado de quatro trimestres, porém, recuou. A taxa de investimento é das mais baixas do século. O avanço do PIB deve-se mais ao consumo, em parte impulsionado pela despesa extra do governo, que tem limites já muito evidentes. Assim, melhorias recentes logo vão se tornar insustentáveis.

Novas incertezas nublam as perspectivas imediatas. A catástrofe no Rio Grande do Sul destruiu vidas, trabalho e capacidade produtiva; seus efeitos sobre o PIB por enquanto são incalculáveis. Também há indefinição no âmbito internacional. A queda dos juros no Brasil depende, em parte relevante, das taxas nos Estados Unidos. Por ora, o aperto monetário americano contribui para a piora das condições financeiras por aqui.

Ademais, a projeção de dívida pública crescente, a descrença generalizada no cumprimento das metas de déficit orçamentário e indefinições sobre o comando do Banco Central devem impedir a baixa da Selic — tudo isso já eleva as taxas de juros de longo prazo.

Assim, o pequeno alívio no crédito decorrente da queda da taxa básica, em curso desde agosto de 2023, deve perder força no fim do ano. Embora o desempenho do mercado de trabalho seja positivo, há dúvida a respeito de quanto tempo uma situação de baixa de desemprego, aumento da média salarial e queda da inflação pode ser sustentável. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) poderia contribuir para a mitigação de incertezas e para o crescimento futuro se apresentasse um compromisso inequívoco com a responsabilidade

fiscal, a autonomia do BC e a boa gestão das estatais. Tudo indica, entretanto, que não se deve apostar em mostras de pragmatismo por parte de Brasília.

Líder de Lula revela os limites da atuação do governo

'Pacto de governabilidade' com o centrão exhibe um governo que depende de uma bancada conservadora

Bruno Boghossian



As derrotas sofridas no Congresso levaram o governo Lula a traçar de maneira nítida os limites de atuação política deste mandato. Operadores do presidente deixaram claro como nunca que o Planalto pretende se concentrar na agenda econômica e poupar energias quando o assunto esbarrar na pauta conservadora.

Essa escolha foi apresentada de maneira crua pelo líder do governo no Congresso. O senador Randolfe Rodrigues disse à Folha que o "pacto de governabilidade" de Lula com partidos de centro-direita (em especial PSD, União Brasil, PP e Republicanos) envolve "emprego e comida na mesa", sem incluir

temas de costumes e segurança pública.

Feita de maneira explícita, a descrição expõe um governo que depende de uma bancada conservadora. Segundo a lógica, Lula negociaria o apoio desses parlamentares a propostas ligadas ao aquecimento da economia e a programas sociais, mas teria que aceitar derrotas ou evitar embates que poderiam aproximar o centrão da oposição.

O diagnóstico, saído do núcleo de articulação do governo, reflete um raciocínio feito com frequência por grupos petistas historicamente próximos de Lula. Para esses políticos, a esquerda corre um risco grande de fortalecer seus adversários caso negligencie ganhos econômicos e transforme a disputa com a direita numa guerra cultural ou moral.

Falta ao governo negociar essa escolha em duas frentes. A primeira é seu eleitorado de esquerda, que tem demandas ligadas à preservação dos direitos humanos e à proteção de minorias. Aí estão incluídos grupos e ativistas que se identificam com plataformas defendidas publicamente pela primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja.

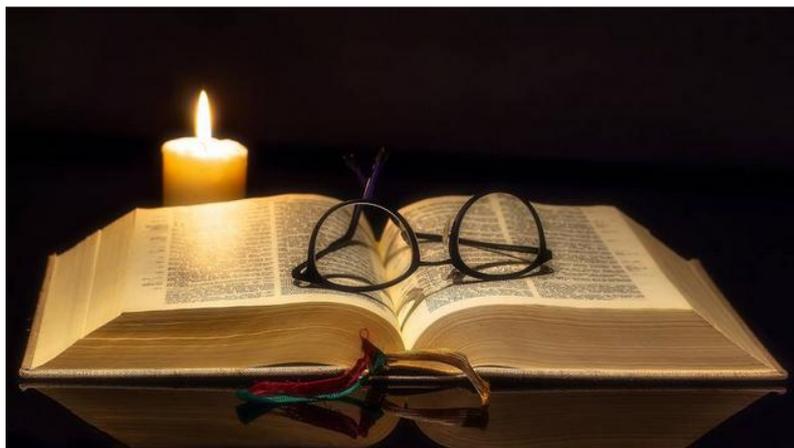
Além disso, Lula terá que descobrir até onde vai a sustentação oferecida pelo centrão. Se esses partidos têm preferências próximas da oposição, nada os impede de apoiar a eleição de um candidato do outro lado. O líder do governo acredita que o crescimento da economia deve manter a coalizão unida. A aposta é alta.

A Bíblia tem até pileque nudista e massacre de ursos; vale a leitura fundamentalista?

E Jesus condenou uma figueira por não ter frutos fora da época de frutos

Anna Virginia Balloussier

Poucas leituras são tão animadas quanto a da Bíblia, e eu posso provar. Não precisa ser nenhum devoto do cristianismo para se fascinar com passagens como a de Gênesis que narra como Noé tomou um porre de vinho e ficou peladão na tenda. Seu caçula, Cam, flagrou o pileque nudista e contou aos irmãos. E aí Noé foi lá e amaldiçoou um neto que não tinha nada a ver com isso, Canaã, filho do X9.



O Antigo Testamento é farto em histórias que soam insólitas a quem teve pouco ou nenhum contato com a Bíblia. Gosto desta: o profeta Eliseu, enfurecido por ser chamado de careca, solta uma maldição em nome de Deus contra uns rapazes. "Então duas ursos saíram do bosque e despedaçaram 42 daqueles meninos", diz o Livro dos Reis.

Já Jesus condenou à danação uma figueira. Estava com fome e viu a árvore sem nenhum figo para contar história. O messias então a amaldiçoa para que nunca mais dê fruto. Tudo acontece pouco antes de o filho de Deus subir nas tamancas contra os vendilhões do templo. Detalhe: não era temporada de figos. Tem aquela outra em que Jacó veste pele de cabrito para se passar por Esaú, o irmão peludão, diante do pai cego. O Tony Ramos da dupla perde o direito de primogenitura após Jacó enganar o velho —ele veio à luz depois do gêmeo, a quem segurou pelos calcanhares ao sair do ventre. As nações que descendem dos irmãos ficam assim fadadas ao conflito.

Há personagens menos mainstream que rendem cenas memoráveis, como a jumenta que apanha três vezes de Balaão. Deus faz o animal falar só para passar um pito no profeta: a pobre coitada só estava tentando protegê-lo de um anjo com uma espada que tentava impedir o homem de seguir caminho.

Também estão nas Escrituras histórias de casais incestuosos, como os irmãos Abraão e Sara, ou Ló transando com duas filhas (não ao mesmo tempo), após ser embebedado por elas. Para não dizer que de tédio ninguém morre ali, o Livro de Atos de Apóstolos relata a triste sina do jovem que, apoiado na janela, desaba do terceiro andar ao cair no sono ouvindo "o extenso discurso de Paulo". A Bíblia fala até sobre cocô. Em Deuteronômio, Moisés orienta seu povo a evacuar longe do acampamento e levar uma pá para enterrar as fezes.

A exegese bíblica pode extrair de cada versículo alegorias e lições. O que me intriga é o leitor fundamentalista. Ou seja, quem toma ao pé da letra tudo o que vem dali, o que muitas vezes acaba sendo usado para justificar o injustificável, como a intolerância com os LGBTQIA+. Levítico sugere que morra o homem que deitar com outro, ato dito abominável. O mesmo livro fala sobre não tocar mulheres menstruadas, misturar tecidos diferentes na mesma roupa nem comer animais marinhos que não têm

barbatanas ou escamas —adeus, camarão. Se no princípio é o verbo, a interpretação de texto pode ser o fim da picada.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.06.2024 – PÁG. A3

Surge uma frente internacional pela democracia

Missão é estreitar contatos entre os países para resistir à onda extremista

Jandira Feghali



Washington e Brasília dividem um título assustador: as duas capitais foram alvo dos mais graves ataques internos à democracia em tempos recentes. O 6 de janeiro de 2021 e o 8 de janeiro de 2023 guardam muitas semelhanças. Agora, nasce um movimento internacional em defesa da civilização e dos valores democráticos. Congressistas dos dois países uniram esforços para envolver outros parlamentos e entidades contra o avanço global da extrema direita.

O primeiro passo foi dado no ano passado, em Brasília, com uma visita de membros da CPI do

Capitólio aos integrantes da CPMI do 8 de Janeiro. Já no início de maio deste ano, uma comitiva brasileira foi a Washington num momento crucial, quando a extrema direita percorre vários países criando fantasias em relação ao Brasil, dizendo que vivemos numa ditadura, atacando o presidente Lula, o Supremo Tribunal Federal e o ministro Alexandre de Moraes. Abusaram de fake news sobre as urnas, tentaram explodir bombas em aeroporto, invadiram e depredaram os Três Poderes para dar um golpe e agora "clamam" por "liberdade de expressão" para encobrir as investigações e condenações iminentes por tantos crimes cometidos.

Integrei a comitiva, suprapartidária, ao lado da senadora Eliziane Gama (PSD), relatora da CPMI, do senador Humberto Costa e dos deputados Rogério Correia (ambos do PT), Pastor Henrique Vieira (PSOL) e Rafael Brito (MDB). Os resultados são animadores. Com o senador Bernie Sanders, importante voz progressista nos EUA, compartilhamos preocupações com a articulação extremista. Na OEA, ficou a indicação da criação de um grupo de trabalho permanente de acompanhamento de crimes contra a democracia. E a Comissão Interamericana de Direitos Humanos se dispôs a vir ao Brasil para ouvir STF, Parlamento e sociedade civil sobre essas violações.

Também tivemos uma reunião importante com Jamie Raskin, deputado da CPI que investigou a invasão do Capitólio e liderou o segundo processo de impeachment contra Donald Trump. Elaboramos uma carta conjunta em defesa da democracia, aberta a parlamentares de todo o mundo. Nossa missão é estreitar contatos com diversos países, fomentar e construir esse movimento internacional.

Bolsonaro está inelegível até 2030, mas o Brasil, que terá eleições municipais neste ano, não se livrou da ameaça antidemocrática. Já Trump, um dos principais líderes do neofascismo global, disputa com chances as eleições dos EUA em novembro. Outros 56 países tiveram ou terão pleitos eleitorais em 2024 e estão na mira dos extremistas, que se reuniram na Hungria no fim de abril para "alinhamento estratégico".

Sim, tramam abertamente como interferir nos processos democráticos. O método é o mesmo em todo o mundo: desinformação, fake news e discursos de ódio. Foi contra esse cenário que assinamos a carta conjunta em Washington. Temos que destruir as narrativas mentirosas, impedir suas fake news com a regulação das redes sociais e dar a todo golpista o peso da Justiça. O Brasil tem trabalhado firme nisso e pode dar bons exemplos ao mundo. Resistiremos!

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.06.2024 – PÁG. A8

STF gasta R\$ 200 mil com 4 seguranças no Réveillon nos EUA e se nega a informar ministros

Corte diz que não divulga informações por questões de segurança; no período, só Fachin teve agenda divulgada

Lucas Marchesini / Constança Rezende

O STF (Supremo Tribunal Federal) pagou quase R\$ 200 mil em diárias para quatro policiais federais acompanharem ministros da corte em viagem de fim de ano aos Estados Unidos. No período, apenas o ministro Edson Fachin divulgou compromissos públicos, todos no Brasil. Dois seguranças receberam R\$ 50,9 mil em diárias cada um para ficar nos EUA de 20 de dezembro do ano passado a 9 de janeiro deste ano. Outros dois ganharam R\$ 49 mil para ficar um dia a menos, iniciando a viagem em 21 de dezembro.



Os quatro policiais federais foram requisitados para a viagem pelo tribunal ao órgão do Executivo e não são lotados no tribunal. Os valores pagos em diárias foram obtidos no Siafi, sistema do Senado que agrupa as informações de pagamentos do governo federal. Questionada, a corte não divulgou quais ministros foram aos Estados Unidos com seguranças pagos pelo tribunal. "O STF não informará dados sobre quais policiais judiciais ou agentes atendem quais ministros por questões de segurança", disse.

A Folha perguntou como a divulgação da informação afetaria a segurança dos ministros. "A Secretaria de Segurança do STF é responsável por zelar pelos ministros, e a equipe mensura os riscos conforme as circunstâncias do local, os modos e meios de cada ministro. Assim, é definida a quantidade de agentes que acompanhará determinado ministro em quaisquer agendas", respondeu a assessoria de imprensa do órgão.



CLIPPING

DATA

05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

"Destaca-se que os ministros são protegidos, caso necessário, em agendas institucionais ou não, porque o risco não ocorre somente na agenda institucional. Tal procedimento é mundial para as autoridades públicas", continuou.

A assessoria do STF disse que a contratação de segurança no exterior custa mais do que a concessão de diárias a servidores. Os seguranças, prosseguiu, "já conhecem a rotina e a necessidade dos ministros. A despesa com segurança no exterior é necessária em razão do aumento de ataques e incidentes envolvendo os magistrados fora do país". A Folha revelou que o ministro Dias Toffoli gastou R\$ 99,6 mil de recursos públicos em diárias para o exterior com um segurança. A quantia corresponde ao pagamento de 25 diárias internacionais, de 23 de abril até 17 de maio.

O servidor lotado em seu gabinete o acompanhou em viagens para Londres, no Reino Unido, e Madri, na Espanha. Toffoli participou de eventos nesse período, entre eles o 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, que ocorreu em Londres de 24 a 26 de abril. Em seguida, o ministro esteve em Madri, onde foi convidado a participar de um debate jurídico no dia 3 de maio, mas não compareceu ao evento.

No dia 2 de maio, Toffoli participou remotamente da sessão do tribunal. Depois, ele foi a um terceiro evento jurídico, também na capital espanhola, ocorrido de 6 a 8 de maio. Após a revelação da Folha, o STF tirou do ar sua página de transparência, que contém informações sobre diárias e passagens pagas para viagens de servidores. Quando ela ainda estava disponível, a reportagem solicitou informações sobre os gastos em diárias e as funções que os funcionários desempenharam nessas missões internacionais. Também foi questionada a origem desses recursos.

O tribunal justificou a retirada da página sob o argumento de que constatou "inconsistências e duplicação de dados". "Também foi detectada a exposição equivocada de nomes de agentes de segurança que acompanharam ministros em deslocamentos nacionais e internacionais", acrescentou. "Num contexto de elevadas ameaças ao STF e seus integrantes, a divulgação de nomes de policiais judiciais ou outros agentes, conforme análise técnica do setor de segurança, coloca em risco os servidores, suas famílias e as autoridades", acrescentou.

Segundo a assessoria de imprensa do STF, o pagamento das diárias de servidores segue norma editada em fevereiro deste ano, sendo feito aos funcionários que, "no interesse do STF e em caráter eventual ou transitório", deslocam-se para fora do Distrito Federal ou para o exterior. A quantia deve ser destinada a despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana. Ela não inclui os gastos com passagens, que entram em outra rubrica pelo tribunal. A resolução ainda estipula que o pagamento de diárias para missão no exterior depende de autorização prévia do afastamento do funcionário. A autorização é feita por ato do diretor-geral do tribunal, "observada a disponibilidade orçamentária e a lei de diretrizes orçamentárias vigente".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.06.2024 – PÁG. A10

Doleira da Lava Jato expõe romances e crimes em documentário

Em obra cinematográfica, Nelma Kodama busca glamourizar e relativizar suas condutas consideradas criminosas pela Justiça

Flávio Ferreira



Uma das primeiras pessoas presas na Operação Lava Jato sob acusação de atuar como doleira, Nelma Kodama conta em documentário como entrou para a atividade a partir de um romance e, entre vários relatos pessoais, busca glamourizar e relativizar suas condutas consideradas criminosas pela Justiça. Intitulado "Doleira: A História de Nelma Kodama", o filme tem previsão de estreia na próxima quinta-feira (6/06) na Netflix.

A obra mostra a trajetória da jovem que cresceu em Lins, no interior de São Paulo, e deixou o projeto de ser dentista para se tornar uma das pessoas que mais se expôs na já midiática Lava Jato. O documentário

tem duração de 1h35 e direção de João Wainer, que foi editor da TV Folha e é colaborador do jornal. Apesar de ter ficado conhecida quando afirmou ter mantido relacionamento com o operador financeiro Alberto Youssef em uma sessão da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Petrobras, Kodama relata que foi outro romance com um doleiro que lhe abriu as portas para a atividade.

Ela afirma no documentário que o seu primeiro affair com uma pessoa do ramo foi com um dos suspeitos em 2003 na Operação Anaconda, ação conjunta do Ministério Público Federal e da Polícia Federal que desbaratou uma quadrilha que negociava decisões judiciais na Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Foi nessa época que ela começou a atuar como doleira e passou a ser conhecida pelas autoridades.

Na Lava Jato, Kodama integrou a lista dos primeiros presos da operação, em março de 2014. Ela foi condenada em outubro daquele ano pelos crimes de corrupção, evasão de divisas e organização criminosa. Depois de assinar acordo de delação premiada com as autoridades, a pena, que era de 18 anos, foi diminuída para no máximo 15 anos.

Em 2019 Kodama recebeu o benefício do indulto (quando o Estado declara não ter mais interesse em punição), obtido em decorrência de decreto natalino do então presidente Michel Temer, em 2017. O filme traz episódios como o da divulgação de fotos em redes sociais em que exibia a tornozeleira eletrônica usando roupas de luxo.

No documentário, ela também se defende da acusação de ter atuado em um esquema de tráfico internacional de drogas, suspeita que levou à prisão dela em 2022 em Portugal. Ela ficou detida no país europeu por seis

meses e depois foi extraditada ao Brasil, onde ficou em cárceres na Bahia e em São Paulo. O trabalho de seus advogados e o momento da libertação dela para o regime de prisão domiciliar, no ano passado, são mostrados no filme. Em fevereiro a detenção domiciliar foi convertida em liberdade provisória.

A obra traz entrevistas com a procuradora regional da República Janice Ascari, o diretor-executivo da Transparência Internacional Brasil Bruno Brandão e os jornalistas Fernando Rodrigues e Malu Gaspar, que servem de contraponto ao discurso de Kodama e conferem contexto histórico e didatismo ao filme. Para o diretor do documentário, o fato de Kodama tentar relativizar os próprios crimes é justamente o que a torna interessante do ponto de vista jornalístico.

"A Nelma é uma pessoa muito peculiar. Ela se considera uma pessoa muito correta dentro do que se propõe a fazer", diz Wainer. "Os doleiros têm uma visão de mundo própria, são um sistema bancário paralelo, se consideram pessoas muito confiáveis, afinal, já que as transações milionárias que operam são feitas na base da palavra, sem lastro legal", completa.

Também condenados na Lava Jato, Luccas Pace (acusado de ser comparsa de Kodama) e o ex-deputado federal Pedro Corrêa contam na obra episódios do período em que conviveram com ela (eles ficaram na mesma cadeia em Curitiba, mas em celas separadas). O filme ainda mostra depoimentos de colegas da faculdade de odontologia de Kodama.

Além da direção de João Wainer, o documentário tem roteiro de Camila Kamimura, produção de Camila Villas Boas e Roberto Oliveira, produção executiva de Carol Amorim e Yara Camargo, pesquisa de Lili Onozatto e Maria Júlia Bottai, direção de fotografia de Miguel Vassy e montagem de André Felipe Silva.

JORNAL – O HOJE – 05.06.2024 – PÁG. 10

STJ concede HC para presa cuidar de filhas afetadas pelas enchentes no RS

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua Quinta Turma, concedeu habeas corpus (hc) para assegurar a uma mulher em prisão preventiva a passagem para o regime domiciliar, de modo que possa cuidar de suas duas filhas pequenas durante o estado de calamidade pública enfrentado pelo Rio Grande do Sul.

Segundo o colegiado, em situações de desastres públicos, a flexibilização das prisões pode ser justificada por motivos humanitários ou por questões práticas e operacionais relativas à crise e aos órgãos responsáveis pelo gerenciamento das ações estatais. "Eventos como pandemias, catástrofes naturais ou emergências em larga escala exigem uma reavaliação das prioridades e capacidades do sistema prisional, que pode ser gravemente afetado nessas circunstâncias", afirmou a relatora do recurso, ministra Daniela Teixeira.





CLIPPING

DATA
05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
12 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Preso em flagrante sob a acusação de tráfico de drogas (artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006), a mulher teve seu pedido de habeas corpus negado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), o qual considerou que o fato de ela ser mãe de duas filhas menores de 12 anos não era motivo suficiente para a concessão do regime domiciliar, pois não haveria evidências claras de que a acusada detinha a guarda das crianças. A relatora observou que, do ponto de vista humanitário, a superlotação e as condições muitas vezes precárias das prisões podem se tornar ainda mais problemáticas durante uma calamidade como a enfrentada pelo Rio Grande do Sul. Para a ministra, as prisões podem se transformar em focos de propagação de doenças, representando um risco não apenas para os detentos, mas também para os funcionários e a comunidade em geral.

Lucro dos cartórios

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se o repasse de parte das taxas cobradas por cartórios extrajudiciais para o financiamento das instituições do Sistema de Justiça é constitucional e quem tem competência para propor lei nesse sentido. O caso em questão diz respeito a uma decisão do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) que invalidou a lei estadual de iniciativa do Poder Executivo que destinava ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Pará (Fundep) 4% da receita das taxas cobradas pelos cartórios pelos serviços prestados.

Jogos de azar

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promove reunião para deliberar pauta com 18 itens, entre eles, o projeto que permite legalizar jogos de azar no Brasil e a proposta que assegura ao empregado o direito efetivo de recusar a cobrança de contribuição assistencial a sindicato. A reunião começa às 10h. O projeto de lei (PL) 2.234/2022, da Câmara dos Deputados, autoriza o funcionamento de cassinos e bingos, legaliza o jogo do bicho e permite apostas em corridas de cavalos. O texto prevê a instalação de um cassino em cada estado e no Distrito Federal. Exceções apenas para os estados de São Paulo (três cassinos), Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará (até dois, cada um).

TRF1 invalida questão de concurso do Tribunal de Justiça de Goiás

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) determinou a anulação de uma questão da prova objetiva do concurso para o cargo de Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), pois existiam duas respostas corretas para o mesmo item. A desembargadora federal Kátia Albino, entendeu que mesmo o edital do certame prevendo a existência de somente uma alternativa correta nas provas objetivas de múltipla escolha.

STJ decidirá se porte de arma é crime de mera conduta ou de perigo abstrato

O Superior Tribunal de Justiça (STJ, por sua Terceira Turma,) decidiu afetar o REsp 2.076.432, de relatoria do ministro Messod Azulay Neto, para julgamento pelo rito dos repetitivos. Cadastrada como Tema 1.256 na base de dados do STJ, a controvérsia vai definir a natureza do crime previsto no artigo 14 da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) como de mera conduta e de perigo abstrato.



O colegiado decidiu não suspender a tramitação dos processos com a mesma questão jurídica, tendo em vista que já há posição pacífica nas turmas do STJ no sentido de que o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é de mera conduta e de perigo abstrato. O ministro Messod Azulay apontou que, conforme registro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (Cogepac), o STJ tem, pelo menos, 13 acórdãos e 261 decisões monocráticas sobre o assunto. Ainda segundo o relator, apesar da orientação pacífica do STJ, o tema ainda é controvertido nas instâncias de origem.

Ministro João Saldanha, do Superior Tribunal de Justiça

A prisão preventiva só é cabível quando estiver concretamente comprovada a existência do periculum libertatis sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.06.2024 – PÁG. POLÍTICA

Moro vira réu no Supremo por declaração contra Gilmar

Primeira Turma da Corte aceita denúncia da PGR contra o senador por dar a entender que o magistrado vende habeas corpus. Parlamentar alega ter feito uma "brincadeira" durante uma festa

Renato Souza

Duas semanas após escapar da cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador Sergio Moro (União-PR) encontra novo entrave, desta vez no Supremo Tribunal Federal (STF). A Primeira Turma da Corte aceitou, nesta terça-feira, uma denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o parlamentar, acusado de caluniar o ministro Gilmar Mendes. A decisão, tomada por unanimidade pelo colegiado, faz com que o ex-juiz da Lava-Jato se torne réu no tribunal.

Em um vídeo que se espalhou pelas redes sociais em abril de 2023, Moro acusou o ministro de vender habeas corpus. Na gravação, de apenas oito segundos, uma mulher afirma que ele "está subornando o velho". Em seguida, Moro diz que estava pagando "fiança para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes". O Ministério Público Federal entendeu que o senador sugeriu uma suposta corrupção passiva do magistrado, sem apresentar qualquer prova, o que caracteriza crime de calúnia.





CLIPPING

DATA

05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

14 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A Turma do STF ainda não analisou o mérito, ou seja, a conduta em si do réu, mas apenas se estavam presentes elementos mínimos para recebimento da denúncia. A relatora do caso é a ministra Cármen Lúcia. Alexandre de Moraes preside a Turma. Também integram o colegiado os ministros Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Para Cármen, neste momento não é possível analisar a conduta do parlamentar, que precisa ser comprovada no curso do processo. "Não aparece, nesta fase preliminar, possibilidade de discussão sobre o mérito da ação penal. A denúncia é uma proposta de demonstração de prática de fato imputado a determinada pessoa, sujeita a comprovação", destacou.

Pelas redes sociais, Moro sustentou que a declaração foi uma 'brincadeira' em uma festa junina. Disse que a publicação do vídeo na internet ocorreu sem autorização. "A Primeira Turma do STF recebeu denúncia por suposto crime de calúnia contra mim por ter feito, antes do exercício do mandato de senador, uma piada em festa junina na brincadeira conhecida como 'cadeia'. Um vídeo gravado e editado por terceiros desconhecidos foi feito e divulgado sem meu conhecimento e autorização", escreveu.

Ele alegou ter solicitado que testemunhas fossem ouvidas sobre o caso, mas o STF negou. "O pedido para que os terceiros fossem identificados e ouvidos antes da denúncia não foi atendido. O recebimento da denúncia não envolve análise do mérito da acusação, e, no decorrer do processo, a minha defesa demonstrará a sua total improcedência", completou.

Mandato

Na denúncia, a PGR pede que o senador perca o mandato caso seja condenado a uma pena superior a quatro anos de prisão. Também demanda a aplicação de multa. A defesa do parlamentar tinha pedido o adiamento do julgamento, alegando que não teve tempo hábil para apresentar os argumentos em prol do cliente. A partir de agora começa a instrução processual, em que podem ser ouvidas testemunhas e o acusado será notificado para se manifestar.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.06.2024 – PÁG. ECONOMIA

PIB cresce acima do esperado, mas especialistas indicam desaceleração

Indicador cresce 0,8% no primeiro trimestre de 2024. Especialistas ouvidos pelo Correio apontam que número deve desacelerar nos próximos períodos

Rosana Hessel

O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2024 apresentou crescimento de 0,8% em relação aos três meses anteriores (na margem), somando R\$ 2,7 trilhões. O dado foi divulgado, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado, novo crescimento na margem após o leve ajuste de variação zero para queda de 0,1% no PIB do último trimestre de 2023, ficou levemente acima da mediana das estimativas do mercado, de 0,7%. O número também colocou o país em 17º em ranking da Austin Rating com 57 economias que já divulgaram o PIB dos três primeiros meses do ano.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou o resultado nas redes sociais e demonstrou confiança para que o Brasil avance da 9ª posição para a 8ª colocação das maiores economias do planeta neste ano, para



US\$ 2,3 trilhões. Esse dado considera uma correção de 7,26% no PIB nominal — algo que ainda precisará ser confirmado com os dados dos três próximos trimestres. Vale lembrar que a taxa mostra desaceleração em relação ao avanço de 1,2% — corrigido, antes era 1,3% — registrado nos primeiros três meses de 2023.

Economistas ouvidos pelo Correio, e até mesmo a Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, demonstraram cautela em relação ao PIB do segundo trimestre. Segundo eles, ainda não dá para estimar o tamanho do impacto da tragédia

que assola o Rio Grande do Sul (RS) e, conseqüentemente, a desaceleração nos próximos trimestres é certa.

A SPE, em nota divulgada após a publicação dos dados do IBGE, informou que "apesar da recuperação observada na margem para o PIB do primeiro trimestre de 2024, a expectativa é desaceleração no ritmo de crescimento no próximo trimestre, repercutindo a calamidade no RS". A secretaria, em maio, elevou de 2,2% para 2,5% a previsão para o crescimento do PIB deste ano mas, no relatório, admitiu que "restam incertezas a respeito da estimativa de crescimento para 2024".

Na avaliação de Alex Agostini, economista-chefe da Austin, as novas estimativas do governo são difíceis de se concretizarem. "A projeção está furada, pelo menos, neste momento", afirmou. Segundo ele, o resultado confirma a nossa estimativa da Austin de crescimento de 1,9% no PIB de 2024.

Agostini ressaltou que uma surpresa do PIB foi a agricultura que, mesmo com a queda de 3% na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior, ainda apresentou um crescimento "bastante robusto", de 11,3%. Pelas projeções do IBGE, contudo, a produção de soja vai apresentar queda neste ano.

Conforme os dados do órgão subordinado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, os serviços, com alta de 1,5% na margem e de 3% na comparação interanual, foram o motor do PIB do trimestre. Esse desempenho, lembram os analistas, foi impulsionado pela alta de 1,5% no consumo das famílias, no lado da demanda, alavancado, principalmente, pela massa salarial mais elevada e pelo desemprego mais baixo.

Crescimento

Em relação aos três primeiros meses de 2023, o crescimento do PIB foi de 2,5%. Pelos cálculos da economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), haverá desaceleração no PIB do segundo trimestre, e a variação será de de 0,5% na margem, e de 1,4%, na comparação interanual, já contabilizando o impacto no Rio Grande do Sul.

"O regime de metas é um dos pilares das expectativas de inflação e o custo da desinflação fica mais alto quando o mercado não acredita que elas serão cumpridas", explicou. Ela lembrou que a discussão sobre a

nova meta móvel deve gerar ainda mais ruídos, pois o governo adiou esse debate devido à crise no Sul. "Ainda não sabemos como será essa discussão, mas o governo tem espaço para ganhar credibilidade, porque a inflação de curto prazo ainda tem sido uma boa notícia, pois está mais acomodada", destacou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, prevê altas de 0,8% no PIB do segundo trimestre, na margem, e também reforçou alertas sobre os riscos de desaceleração devido à tragédia no Sul. "O país vai crescer menos do que poderia. E, talvez o impacto seja relativamente pequeno dado que estamos no começo do ano e tem tempo da reconstrução começar", afirmou.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.06.2024 – PÁG. OPINIÃO

Pela democracia, sempre

Há 35 anos, em 4 de junho, estudantes e ativistas foram atropelados por tanques de guerra do Exército de Libertação Popular chinês e assassinados, por reivindicarem uma abertura política

Rodrigo Craveiro

Democracia. Não existe valor maior para uma sociedade que julgue ter pluralidade de ideias e que trabalhe em prol do bem comum. Sem a democracia, estamos à mercê do autoritarismo, do desmando, das violações dos direitos humanos, da tirania. Escrevo este artigo em 4 de junho, no 35º aniversário do massacre da Praça da Paz Celestial.

Naquele dia, em 1989, estudantes e ativistas foram atropelados por tanques de guerra do Exército de Libertação Popular chinês e assassinados, apenas por reivindicarem uma abertura política. Mais de 10 mil morreram, segundo documentos divulgados pelo governo do Reino Unido. O assunto tornou-se tabu na China. Estive em Pequim, sete anos atrás, e visitei a Praça da Paz Celestial. Pude imaginar os blindados investindo contra a multidão, sedenta de democracia. Hoje, há quem diga que as inúmeras câmeras espalhadas pelo coração da capital chinesa sirvam mais ao controle social do que à segurança.



É verdade que a democracia pressupõe liberdade de expressão e de associação. Também a possibilidade de sair às ruas e de exigir que o governo honre sua eleição e trabalhe em prol da população. Mas a democracia não deve legitimar fake news. Disseminar mentiras a torto e a direito é imoral e antiético, ainda que o nosso Congresso — vergonhosamente — não veja isso como crime. Inverdades espalhadas pelas redes sociais têm o poder de manipular a opinião pública, interferir no resultado das eleições, destruir a reputação alheia e, em casos extremos, até mesmo matar. É uma vergonha que o Congresso Nacional tenha mantido o veto de Jair Bolsonaro à criminalização das fake news. Legalizar o ilegal, legitimar o ilegítimo, apenas para que determinada ala política tire proveito do caos.

Em exatamente cinco meses, os Estados Unidos realizarão uma das eleições mais importantes — e tensas — da história. Imaginar o retorno à Casa Branca de um ex-presidente responsável por violentar a democracia, ao fomentar a invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021; "encalacrado" de indiciamentos na Justiça; e descomprometido com a verdade chega a ser bizarro. Ainda mais em uma nação que se gaba de ser uma espécie de farol da democracia. A eventual recondução de Donald Trump ao poder é um atestado do fracasso moral da sociedade norte-americana e da ascensão da extrema-direita. É uma faca no pescoço das instituições do Estado. Quem pode garantir que uma horda de trumpistas não repetirá o ataque ao Congresso?

É dever de todos preservar a democracia, desprezar as fake news, valorizar o papel do jornalismo como fonte de informação e fiscalizador do poder público. Sobretudo, saber votar e escolher representantes comprometidos com a população — não com o próprio ego, com a sanha de poder ou com valores ultraconservadores e preconceituosos. É dever de todos combater o discurso de ódio, a polarização política desgovernada, a retórica agressiva e irresponsável. Somente com democracia é possível construir um futuro de paz e de harmonia.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 05.06.2024 – PÁG. A12

Lira dá as cartas e prepara novos passos

Fernando Exman

O café de Arthur Lira segue quente. Nos últimos dias, ele lembrou a todos que contam os dias para vê-lo longe da presidência da Câmara como é poderosa a sua cadeira, ainda que a campanha para a sua sucessão já esteja na rua.



A despeito das reservas que seu nome enfrenta no Palácio do Planalto, enviou alertas aos seus interlocutores de que eram inevitáveis as derrotas do governo nas sessões em que o Congresso apreciou vetos presidenciais. Tinha o termômetro do plenário, e avisou que de nada valeria adiar as votações. Em outra frente, decidiu avocar a solução de questões polêmicas envolvendo setores econômicos que vinham sendo adiadas pelo Executivo, mas receberam acolhimento no caleidoscópio de interesses que refletem a atuação do Legislativo.

O ano começou com mais um estranhamento entre o deputado do PP de Alagoas e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Lideranças do governo na Câmara insistiam em levá-lo ao encontro de Lula, em meio à insistente desarticulação política do governo no Congresso. Mas a agenda foi sendo adiada. E quando ocorreu, foi de maneira incógnita, envergonhada.

Lula foi instado a falar do assunto em um café com jornalistas. Perguntado, disse, constrangido, que não havia ocorrido uma reunião, mas uma conversa. Evitou entrar em detalhes sobre o assunto tratado. Cerca de



CLIPPING

DATA
05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
18 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

um mês depois, o cenário mudou. Lula sinalizou que vetaria a taxaçoão de compras internacionais de até US\$ 50, dispositivo incluído no projeto de lei que cria o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) sob a articulação do presidente da Câmara. Mas demonstrou disposição de negociar.

Na verdade, não tinha opção. E neste caso logo recebeu Lira em seu gabinete. Não se sabe se Lula considerou a agenda uma conversa ou reunião, mas o fato é que o governo precisou fechar um acordo para taxar em 20% essas compras, atendendo antiga demanda do varejo e da indústria. A atuação de Lira também foi decisiva nessa terça-feira (4), depois que o relator da proposta no Senado, Rodrigo Cunha (Pode-AL), informou que tiraria a previsão de taxaçoão de seu parecer. A votação do relatório foi adiada.

Na semana passada, outro setor foi chamado à Câmara. Diante da falta de uma atuação mais assertiva dos ministérios da Saúde e da Justiça, Lira convocou operadoras e negociou a suspensão do cancelamento dos planos de saúde rescindidos de forma unilateral, em especial de idosos e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Acertou que mudanças nas regras do setor serão discutidas em um projeto de lei que trata da saúde suplementar, depois de as empresas apresentarem um “raio-x” do segmento. O governo ficou novamente exposto.

Os rumos da regulamentação da reforma tributária do consumo também estão nas suas mãos. Naquele mesmo café da manhã com jornalistas em abril, Lula defendeu que fosse apenas um relator e, se possível, o mesmo que ficou responsável pela proposta de emenda constitucional que estabeleceu os princípios da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

“Quem indica o relator é o presidente da Câmara, então longe de mim querer indicar um relator para cuidar da política tributária, longe de mim”, afirmou. “Eu só gostaria que as pessoas levassem em conta isso. É que quem já foi relator do projeto principal está muito familiarizado, já fez negociação, já conversou com os outros partidos políticos, já conversou com as lideranças, poderia facilitar a tramitação da regulamentação.” Desejo ignorado. Lira criou dois grupos de trabalho para discutir os projetos de lei complementar encaminhados pelo Executivo, distribuindo as vagas entre alguns partidos. Nas palavras de um integrante desses colegiados, o presidente da Câmara não quer um relator para esses projetos, mas um “narrador” que formate o texto de acordo com a sua vontade.

Para a composição dos grupos de trabalho, ele manteve a metodologia usada para definir a composição das comissões temáticas da Casa. Firmou compromissos, com a expectativa de que essas siglas retribuirão quando as discussões sobre a sua sucessão esquentarem. Nessa divisão, contemplou a oposição no comando de comissões estratégicas, como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Quanto mais esses colegiados aprovarem propostas que se chocam com os interesses do Executivo, maior será a dependência do Planalto em relação ao presidente da Casa. Só ele pode evitar que elas sejam incluídas na pauta do plenário.

Mas o tempo é implacável e joga contra o deputado. O calendário, com festas juninas, férias de julho e campanha para as eleições municipais, é apertado. Como mostrou o Valor, agora a intenção de Lira é antecipar para logo depois do recesso parlamentar a escolha de seu candidato para a eleição da próxima mesa diretora. A disputa só ocorrerá em fevereiro. Mas, conseguindo consenso em torno de seu nome, ele ganharia, em tese, força até para indicar um aliado para algum cargo no primeiro escalão do Executivo.

Também manterá influência se pavimentar sua eleição para o comando da CCJ ou da Comissão Mista de Orçamento a partir do ano que vem, quando não puder mais chamar de “casa” a residência oficial da presidência da Câmara. Tudo isso pode facilitar seus planos de conquistar uma cadeira no Senado no pleito de 2026. Até lá, no entanto, Lira continuará tendo em mãos um detalhado mapa de como pensa e vota cada um dos deputados.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO 05.06.2024 – PÁG. E1

Ações sobre expurgos da poupança ainda geram impacto bilionário

Apesar dos milhares de acordos fechados, balanços dos sete principais bancos do país apontam possibilidade de forte desembolso

Marcela Villar

As ações judiciais sobre expurgos inflacionários, em que se discute há mais de 30 anos a diferença entre índices de correção da poupança dos brasileiros por conta dos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990, ainda comprometem o balanço contábil dos sete principais bancos do país. A Caixa Econômica Federal (CEF) e o Citibank têm R\$ 826,7 milhões provisionados - R\$ 803,4 milhões e R\$ 23,3 milhões, respectivamente. Já Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Safra têm R\$ 26,7 bilhões para todos os processos cíveis, dos quais parcela significativa envolve as teses dos expurgos.

Esses valores, longe dos apresentados pelas instituições financeiras ao Supremo Tribunal Federal (STF) quando os processos chegaram aos ministros entre 2008 e 2010, devem ser pagos aos poupadores caso o Judiciário entenda válida a correção inflacionária ou por meio de acordos - possibilidade aberta na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165. Metade dos cerca de 600 mil poupadores ou herdeiros atingidos aderiu ao Acordo Coletivo de Planos Econômicos. Mas ainda faltam ser julgados todos os processos sobre o tema no STF - além da ADPF, quatro recursos extraordinários (Temas 264, 265, 284 e 285). Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve definir qual o marco final da incidência dos juros remuneratórios de 0,5% sobre as contas de poupança, o que pode reduzir o valor a ser pago pelos bancos (Tema 1101).

A maioria dos bancos não detalha quantas ações tem sobre o tema nem seu impacto financeiro. Nas notas explicativas de seus últimos balanços, indica que a maior parte se refere às disputas dos expurgos inflacionários causados pelos planos Bresser, Verão e Planos Collor I e II. O Banco do Brasil, que tem R\$ 11,5 bilhões provisionados para demandas cíveis, diz que provisiona “ações em que o banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda”, conforme jurisprudência do STJ e STF. Em nota ao Valor, afirma que já deu publicidade a “processos considerados





CLIPPING

DATA

05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

relevantes, cuja materialidade é de fato representativa à decisão de investimento dos acionistas”, como consta no último formulário de referência.

O Bradesco, com R\$ 8,5 bilhões bloqueados por ações cíveis, diz que as dos expurgos “são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos”. Segundo o advogado Marcos Cavalcante de Oliveira, representante do Bradesco e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) nos tribunais superiores, do Sturzenegger e Cavalcante Advogados Associados, a norma contábil não exige detalhamento sobre o impacto financeiro. “É um critério que cada administração tem que exercer dependendo da quantidade dos processos.”

O impacto relativo à tese que entrou em julgamento no STJ, afirma, vai ter implicações diferentes a depender de quando o cliente retirou o valor da conta. Isso se prevalecer o voto do relator, ministro Raul Araújo, favorável aos bancos, para que a incidência dos juros seja até o encerramento da conta ou quando ela atingir saldo zero, e não quando houver o efetivo pagamento, como defendem os poupadores.

“Pode ter cliente que encerrou a conta dois meses depois do início do Plano Verão, em 1989, e só teria dois meses de juros remuneratórios, como pode ter conta ativa até hoje. Para cada cliente terá que ser feito um cálculo”, diz Cavalcante. O Itaú, que tem R\$ 3,1 bilhões provisionados, admite que o STF “proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento”. Por meio de nota, disse que “a provisão é revisitada recorrentemente, considerando, entre outros parâmetros, as regras do acordo coletivo firmado em 2017”.

Já o Santander diz, em nota, que os R\$ 3 bilhões provisionados correspondem “em sua maioria, a expurgos inflacionários”. No balanço, destacou que “existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita)”. O Citibank, no balanço, diz ter só três ações de cobrança contra ele relativas ao plano Verão com decisão desfavorável definitiva, o que o fez provisionar R\$ 23,2 milhões. O Safra tem R\$ 604,2 milhões provisionados em relação a processos cíveis, que entende como perda provável, sem detalhar sobre os expurgos.

No caso da Caixa, assim como o da maioria, a reserva se refere apenas às ações em que o banco é efetivamente notificado. No balanço, diz ter provisionado R\$ 803 milhões pelos planos econômicos. Em nota, afirma que o montante “reflete a expectativa atual de desembolso a ser realizado em processos ativos e elegíveis para conciliação, segundo os critérios do acordo coletivo”. E acrescenta que “já realizou mais de 116 mil conciliações com os poupadores e seus advogados, em um valor aproximado de R\$ 1,7 bilhão”. O acordo coletivo citado pela Caixa foi homologado, em 2018, no âmbito da ADPF, entre Febraban, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo) e Advocacia-Geral da União (AGU). Foram pagos, até então, R\$ 4,7 bilhões para 300 mil poupadores ou herdeiros.

Os valores propostos nos acordos preveem a aplicação de fatores de multiplicação sobre o saldo das poupanças. Eles variam de acordo com o plano. Para o Bresser, é de 0,04277. Para o Verão, é de 4,09818. Após multiplicar o saldo por um desses fatores, existem descontos progressivos para montantes acima de R\$ 5 mil, de 8% a 19%. Abaixo desse valor, não são aplicadas deduções. O pagamento é feito em parcela única,

em 15 dias. Só podem aderir poupadores e herdeiros que ajuizaram ações individuais ou executaram sentenças de ações coletivas e ações civis públicas até 11 de dezembro de 2017.

De acordo com advogados, o acordo foi costurado em um contexto de jurisprudência desfavorável aos bancos. Os valores pagos pelas instituições, segundo os autos do processo no Supremo, representam, em média, 20% do que os titulares das poupanças teriam direito. Em alguns casos, é bem menos que isso. O advogado Renato André de Souza, sócio do Carramaschi e Souza Sociedade de Advogados, que representa poupadores em mil ações judiciais há 20 anos, atua em processos em que foi oferecido menos de 1% do devido.

O Banco do Brasil propôs R\$ 882 para encerrar um litígio em que o poupador recebeu R\$ 96 mil ao final. Em outra ação, o Bradesco propôs R\$ 13 mil, o que representou 14% dos R\$ 87 mil que o cliente de Souza recebeu. Para Souza, o tema é juridicamente “indefensável” para os bancos. “Já foi julgado por dezenas de tribunais do país, que formaram uma jurisprudência pacífica a favor dos poupadores.” Procurada pelo Valor, a Febraban diz não ter dados sobre o real impacto das ações e que o acordo homologado no STF pode abranger todos os processos, individuais ou liquidações de ações coletivas. Banco Central, Bradesco e Citibank não quiseram comentar. Banco Safra e STF não responderam até o fechamento da edição.

Estimativas variavam entre R\$ 100 bilhões e R\$ 1,9 trilhão

Provisões feitas por bancos relativas a processos judiciais sobre expurgos inflacionários da poupança estão muito aquém dos números levados ao Supremo Tribunal Federal (STF)

Marcela Villar



As provisões feitas por bancos relativas a processos judiciais sobre expurgos inflacionários da poupança estão muito aquém das estimativas apresentadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) quando recursos sobre o tema chegaram às mãos dos ministros, entre 2008 e 2010. Petições dos maiores escritórios de advocacia do país, estudos econômicos das mais importantes empresas de consultoria e até uma carta entregue pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central (BC) na época, Alexandre Tombini, indicavam “colapso do sistema financeiro” e impacto de R\$ 100 bilhões a R\$ 1,9 trilhão.

Nos últimos balanços contábeis das sete principais instituições financeiras do país (Citibank, Caixa Econômica Federal, Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Safra), as provisões não passam de R\$ 28 bilhões para todas as demandas cíveis - o que inclui outras teses. Apenas o Citibank e a Caixa Econômica Federal indicam especificamente os valores previstos para as ações sobre os expurgos da poupança, que são, respectivamente, de R\$ 23,3 milhões e R\$ 803,4 milhões.

A Caixa, inclusive, era indicada como a principal afetada. “De acordo



CLIPPING

DATA
05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
22 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

com exercícios realizados pelo Ministério da Fazenda em 2008 e não atualizados para o presente, o custo potencial de uma concessão dos supostos expurgos alcançaria mais de R\$ 100 bilhões. Os bancos públicos teriam que arcar com mais da metade deste valor. A Caixa Econômica Federal, que até hoje tem posição dominante na poupança, arcaria sozinha com mais de um terço deste valor, gerando forte impacto fiscal”, dizia a carta entregue em 2013 por Mantega e Tombini, assinada por 25 ex-presidentes do BC e ex-ministros da Fazenda, como Fernando Henrique Cardoso, Maílson da Nóbrega, Henrique Meirelles e Gustavo Franco, integrante da equipe que formulou o Plano Real.

O documento foi entregue a dois dias de uma das cinco ações ir ao plenário do STF para julgamento. Dizia que eventual decisão desfavorável às instituições financeiras “poderia ter que reduzir o crédito em R\$ 900 bilhões, o que traria consequências altamente negativas com graves implicações para a estabilidade econômica e financeira do país”. Um dos estudos é assinado pelo hoje secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, quando economista da LCA Consultores.

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 165, pautada pelo ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, só houve espaço para as sustentações orais. Falaram grandes nomes como o então procurador do BC, Isaac Sydney, hoje presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), e o ex-ministro do STF Eros Roberto Grau, a favor do Banco do Brasil. O julgamento foi suspenso em novembro de 2013 e nunca mais voltou à pauta. Desde a origem, antes de chegar ao Supremo, os processos judiciais tramitam há mais de 30 anos na Justiça.

Nesse período, foi homologado na ADPF um acordo entre bancos e poupadores em que as instituições financeiras, em um contexto de jurisprudência desfavorável, pagaram R\$ 4,7 bilhões para encerrar milhares de litígios. Segundo a Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo), ainda faltam 300 mil ações na Justiça. Em tese, estão suspensas por decisão do ministro Gilmar Mendes - mas há quem interprete que não, pois a determinação da suspensão não foi ratificada nos outros processos, sob relatoria dos ministros Cristiano Zanin e Cármen Lúcia.

“Tem juiz que entende que não cabe mais a suspensão”, afirma Renato André de Souza, sócio do Carramaschi e Souza Sociedade de Advogados, que atua há 20 anos com mais de mil processos em favor dos poupadores. Ele conseguiu a retomada de alguns, mesmo após a decisão de Mendes, e critica a prorrogação do prazo para adesão ao acordo. “Se passaram dois anos e renovaram por mais três. Em maio de 2025 vão se completar cinco anos. Quem demora tanto tempo para decidir se quer ou não aderir a um acordo?”, indaga. Para ele, as estimativas apresentadas pelos bancos são “absurdas e utópicas”. Um dos motivos é que só 16 das mil ações civis públicas sobre o tema tiveram decisão favorável aos poupadores. “Isso foi usado para fazer terrorismo e suspender as ações.”

Também para o economista Roberto Luis Troster, sócio fundador do Troster & Associados e ex-economista-chefe da Febraban, os números são exagerados. “Os estudos falam em valores, mas ninguém mostra os números [cálculos].” É também o que pensa Walter José Faiad de Moura, advogado do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec). “O processo sempre foi permeado por projeções e valores catastróficos dos bancos, que projetam dados irreais”, diz ele, acrescentando não ter estimativas sobre o impacto financeiro.

Já Marcos Cavalcante de Oliveira, advogado do Bradesco e da Febraban nos tribunais superiores, do escritório Sturzenegger e Cavalcante Advogados Associados, diz que a estimativa é verdadeira. “Os estudos

foram feitos a partir dos dados que bancos tinham publicados das contas de poupança, simulando quanto daria a aplicação dos percentuais dos expurgos. A base de cálculo é a mesma, mas teria que atualizar a informação prestada ao Supremo, tirando uma parte, que foram os R\$ 4,7 bilhões dos acordos, e outros processos que os bancos ganharam”, afirma, acrescentando ser difícil dar uma resposta exata sobre o real valor em discussão. “É preciso avaliar a aplicação da regra geral em cada caso”, afirma.

A Febraban informa não ter dados sobre o real impacto das ações e que o acordo homologado no STF pode abranger todas as ações judiciais, individuais ou liquidações de ações coletivas. O Banco Central, Citibank e o Bradesco foram procurados pelo Valor, mas não quiseram comentar o assunto. A Advocacia-Geral da União (AGU) diz não ter dados sobre o assunto. O Ministério da Fazenda, Safra e STF não responderam até o fechamento da edição (Temas 264, 265, 284 e 285).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.06.2024 – PÁG. E2

Participação no capital social de bolsas de valores

A discussão é de suma importância para o mercado brasileiro, em particular no contexto atual em que a eventual chegada de novos entrantes abrirá portas até agora desconhecidas, com possíveis oportunidades e problemas novos

Grasiela Cerbino e Mariana Arruda

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverá decidir sobre eventual alteração da regra relativa à participação de intermediários no capital social das bolsas de valores, em linha com consulta pública realizada neste ano. Conforme a regra atual, os chamados participantes de determinada bolsa - que são aqueles que possuem autorização para nela operar, dentre os quais estão os intermediários - podem deter no máximo 10% do capital social com direito a voto das referidas entidades. Por sua vez, os demais investidores podem deter até 15% do referido capital, sendo que nesse último caso eventual aumento que ultrapasse esse percentual deve ser autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.



A limitação da participação acionária pelos intermediários no capital social votante das bolsas existe desde 2007 quando, dentro do contexto de desmutualização, se construiu a regulamentação que essencialmente vige até hoje. Naquele momento em que as bolsas de valores ao redor do mundo estavam migrando de um modelo associativo para sociedades com fins lucrativos, a preocupação que legitimava o estabelecimento de limitações à participação acionária tinha por fundamento evitar as situações de conflito de interesses que pudessem derivar de uma influência significativa.

Referida influência poderia, por exemplo, levar a que as regras de funcionamento do mercado, constantes nos regulamentos, fossem moldadas de forma a beneficiar determinados participantes em detrimento de



CLIPPING

DATA

05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

outros, ou até mesmo em detrimento dos interesses do mercado. A discussão não é nova, tendo sido já objeto de debate inicial quando do edital de audiência pública que culminou com a atual Resolução CVM nº 135, de 2022. Agora, no entanto, o tema tem tido atenção sublinhada, já que se debatem caminhos alternativos para se lidar com a mitigação do conflito de interesses.

A proposta colocada em consulta pública pela Comissão de Valores Mobiliários foi no sentido de flexibilizar as restrições envolvendo a participação no capital social de bolsas, excluindo o limite máximo de 10% aplicável aos intermediários e passando a valer o limite de 15% para todos os investidores, a partir do qual a autorização da Comissão de Valores Mobiliários passa a ser necessária.

Em contrapartida, na visão do regulador, para mitigar o potencial conflito de interesses relativo à participação acionária relevante por pessoas autorizadas a operar poderiam ser tomadas algumas medidas. Dentre elas, a proposta em debate vedaria que pessoas relacionadas aos participantes, ou ao conglomerado a que pertençam, atuassem no conselho de administração das bolsas de valores. O assunto recebeu bastante atenção do mercado, tendo a consulta pública gerado diversas manifestações que em linhas gerais foram favoráveis à eliminação do limite atual, tendo havido, no entanto, especial preocupação se os contrapesos sugeridos pelo regulador seriam adequados.

Em particular, a restrição de atuação de pessoas ligadas aos intermediários no conselho de administração das bolsas de valores recebeu diversas críticas. O ponto é destacado não somente pela B3 S.A. - única entidade hoje autorizada a operar o mercado de bolsa -, mas também por outros manifestantes, alguns dos quais já autorizados a operar no mercado de balcão.

A representatividade dos participantes na governança de infraestruturas de mercado não é tema trivial. Se, por um lado, existe uma possibilidade teórica de que os conselheiros possam atuar em benefício de seus representados, também é verdade que a atuação de profissionais ligados ao mercado e conhecedores de seu funcionamento aporta grande valor para seu desenvolvimento, o que é também interesse último dos participantes.

Ainda que se olhasse somente pela perspectiva dos interesses potencialmente conflitantes, vale lembrar que o arcabouço legal e regulatório brasileiro já dispõe de alguns mecanismos para lidar com tais conflitos. A própria lei societária regula a matéria estabelecendo que os administradores, dentre os quais se englobam os conselheiros de administração, devem exercer seu voto no interesse da companhia. O voto que não observar esse comando legal pode ensejar a responsabilidade pessoal do administrador.

Além disso, eventual conflito derivado de regras não isonômicas que beneficiassem alguns participantes em detrimento de outros dificilmente contariam com a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários, que hoje tem a prerrogativa de revisar e aprovar os regulamentos das bolsas. Aliás, tal medida, se considerada insuficiente, poderia até ser aprimorada submetendo os referidos regulamentos à audiência pública antes de sua aprovação, tal como ocorre atualmente em relação às bolsas de valores sujeitas à supervisão pela Securities Exchange Commission, o regulador de mercado norte-americano. A discussão é de suma importância para o mercado brasileiro, em particular no contexto atual em que a eventual chegada de novos entrantes abrirá portas até agora desconhecidas, com possíveis oportunidades e problemas novos.

Vedar a proximidade dos intermediários às estruturas de governança das bolsas de valores, embora pareça ser uma solução definitiva para lidar com a questão do conflito de interesses, também tira do modelo atual uma de suas maiores belezas, que é a de permitir que o mercado tenha lugar na construção do próprio mercado. Afastar o mercado da sua própria regulação pode até resolver a questão do conflito, mas jogando a água suja fora, vai junto com ela a criança.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Amanhã dia 05 de junho –Dia Mundial do Meio Ambiente



O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado anualmente em 5 de Junho e tem como objetivo promover atividades de proteção e preservação do meio ambiente. A data serve como alerta à sociedade sobre os perigos de negligenciarmos a tarefa de cuidar do mundo em que vivemos.

Todos os anos, as Nações Unidas dão um tema diferente ao Dia Mundial do Meio Ambiente. A Arábia Saudita será a sede dos encontros do *Dia Mundial do Ambiente em 2024*. Os temas deste ano terão como foco principal a restauração de terras, desertificação e resiliência à seca. Dados da ONU mostram que 40% das terras do planeta

estão degradadas, afetando diretamente metade da população mundial e ameaçando cerca de metade do PIB global (US\$ 44 trilhões).

A entidade também destaca que o número e a duração das secas aumentaram em 29% desde 2000. "Sem uma ação urgente, as secas podem afetar mais de três quartos da população mundial até 2050", ressalta a ONU em comunicado. Para marcar a data serão realizados eventos e atividades presenciais e online em mais de 150 países. As iniciativas que discutem a questão ambiental são promovidas, por exemplo, por instituições ligadas ao governo, escolas e empresas. O Brasil integra a lista de nações que participam das ações.

Origem do Dia do Meio Ambiente

O Dia do meio ambiente foi escolhido, porque no dia 5 de junho de 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo. Essa foi a primeira conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano. Ela teve início no dia 5 e terminou no dia 16 de junho, e reuniu vários governos e ONG's. A partir de então, o dia 5 de junho consta no calendário da ONU - Organização das Nações Unidas como o Dia Mundial do Meio Ambiente. E para complementar essa data, em 1981, foi criada a Semana Nacional do Meio Ambiente, que é comemorada na primeira semana de junho.

Importância do Dia Mundial do Meio Ambiente

Essa data é importante para nos conscientizarmos sobre a necessidade de preservarmos os recursos naturais. Além disso, para refletirmos sobre os impactos ao meio ambiente provocados pela atividade humana, uma



CLIPPING

DATA

05.06.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

26 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

vez que é perceptível o crescente número de problemas ambientais ao longo dos anos. Proteger e melhorar a relação entre a sociedade e a natureza é um dever de todos e pequenas ações podem ter grandes impactos, por isso a necessidade de discutir o tema.

Por exemplo, quando as pessoas jogam lixo no chão os materiais são arrastados pela chuva e se acumulam nos bueiros. Com isso, a água não tem para onde escoar e aumentam as chances de ocorrer alagamentos e até enchentes.

Hábitos que ajudam o meio ambiente

Confira algumas dicas de ações simples que você pode fazer no seu dia a dia e colaborar para a preservação do meio ambiente.

1. Jogue o lixo em locais adequados. Exemplo: não jogue lixo no chão e não jogue o óleo comestível no encanamento.
2. Pratique o consumo consciente. Exemplo: evite desperdiçar comida e comprar mais do que precisa.
3. Economize energia elétrica. Exemplo: em casa, mantenha a luz acesa apenas no cômodo que você está e deixe na tomada só os aparelhos que estiver usando.
4. Reutilize materiais. Exemplo: recipientes de vidro podem se tornar peças de decoração ou servir para armazenar outras coisas.
5. Economize água. Exemplo: ao escovar os dentes mantenha a torneira fechada e diminua o tempo com o chuveiro aberto no banho.
6. Diminua a utilização de materiais descartáveis. Exemplo: para o trabalho ou escola leve seu próprio copo na bolsa.
7. Separe o lixo corretamente para que os resíduos tenham o destino correto. Exemplo: em casa, identifique baldes para cada tipo de lixo.